

190 7640

3

O cacique e o discurso

AYLÊ-SALASSIÉ

Quando o representante do Ministério do Planejamento explicou que não havia possibilidade de liberar os recursos para a construção das torres de fiscalização da reserva, porque "o Plano Plurianual de Investimentos — o PPA — já foi aprovado, e a tramitação de novas peças orçamentárias obedecia a uma sistemática ritualística burocrática", o índio Temehe-re perguntou para o que estava do seu lado: "Que língua tá falando homi branco?"

Era a reunião entre Governo e Waimirís-Atroarís, no dia 17 último, para decidir o asfaltamento da rodovia 174, que liga o Brasil à Venezuela, e que tem um trecho de 125 quilômetros cortando a reserva indígena. Os índios estavam desconfiados e tornaram-se agressivos no momento em que o presidente da Funai, Márcio Santili, começou a falar. Com um estilo típico de parlamentar e uma fala ligeiramente demagógica, Santili quase provocou um massacre no local. Ao tentar explicar a importância daquela reunião, para a qual o Governo mandara uma delegação de vários ministérios, disse: "Nós viemos aqui para assinar um acordo entre índios e brancos que permita o asfaltamento da BR 174" — e enfatizou: "Desta vez, não para contar os mortos do lado dos brancos e dos índios!"

— Só contou os brancos! gritou furioso o cacique dos Waimirís-Atroarís, Viana Womé, bradando no ar uma lança de quase dois metros de comprimento com ponta de ferro afiada. Seu gesto foi seguido imediatamente pelos índios que se encontravam ali rodeando a mesa de negociação. O ambiente ficou tenso.

Márcio Santili engasgou e perdeu o rumo do discurso. Os outros membros da delegação do Governo levantaram-se assustados, procurando um lugar para sair dali. Do lado de fora, dois supostos motoristas correram para os veículos, onde guardavam um pequeno arsenal bélico. Mas, havia índio por todos os cantos; todos guerreiros. Alguns dos que estavam ali haviam participado de batalhas passadas, perdidas durante a

abertura da estrada.

No dia seguinte, já em segurança em Manaus, uma voz oficial da "sigilosa missão" anunciava com ar vitorioso para os jornais locais: "O acordo com os índios Waimirís-Atroarís é tido como uma conquista pessoal do novo presidente da Funai que diplomaticamente demonstrou que os dois governos só teriam a ganhar".

A versão correta, com a descrição dos fatos ocorridos na reunião do rio Alalau, no centro da Reserva de um dos grupos indígenas mais violentos da Amazônia, é provável que não venha a constar de nenhum dos relatórios oficiais. De fato, não houve guerra. O Governo saiu, entretanto, engasgado porque, por exigência dos índios, só poderá iniciar as obras de asfaltamento se desembolsar "antecipadamente" os R\$ 3,7 milhões para a implantação de infra-estrutura protetora do impacto ambiental, investimento que o representante da Secretaria do Planejamento tentou postergar com insólitos argumentos para índios que mal falam o português.

Pela primeira vez, ao manifestar claramente a sua desconfiança na palavra do Governo, os Waimirís-Atroarís ganharam alguma coisa, embora a escalada branca não cesse aí. A Reserva, com 275 km de comprimento e 150 de largura, está sendo cortada no meio pelo asfalto de uma rodovia preconizada como corredor de transportes do Brasil com a Venezuela; futura porta para o Caribe. Já há, inclusive, interessados em garantir áreas para a implantação de postos de gasolina na região.

A construção dessa estrada foi dramática. Arredios e violentos, liberados pela figura carismática do cacique Maroaga, os -Waimirís-Atroarís mataram os membros da missão do Padre Caleri — um dos precursores do contato — e, um a dois anos depois, a do sertanista Gilberto Mene-ses. No decorrer da sua implantação, os índios fizeram emboscadas contra os brancos e, em seguida, com a estrada já funcionando. Morreram muitos brancos, mas segundo o cacique Viana Womé, "muito mais índios".

O ex-presidente da Funai, Dinarte Madeiro, num ofício ao governador do Amazonas, revelou que de uma população de 1.500 índios — 3.000, na conta dos indígenas — em 1987 sobreviveram apenas 370 indivíduos. "Foi quase como a extinção de um povo", disse. E tudo ocorreu num tempo relativamente curto.

Os que não morreram como guerreiros, morreram de tristeza, como Maroaga, de fome ou de doenças levadas pelo branco. Restaram os jovens, aqueles que, ainda adolescentes, embrenharam-se nas matas para fugir do rugir das metralhadoras; e os menores salvos pelas mães do massacre, e que ainda hoje recebem da tradição oral uma injeção de ódio ao branco. O que ninguém reconhece, a nível de Governo, é que os índios não se refizeram totalmente do trágico contato, e continuam a ver as obras da BR-174 como um fator de ameaça, de invasão do seu território e da sua privacidade.

Como se não bastasse, autoridades de Governo fincaram dentro do território dos Waimirís-Atroarís um monumento de pedra, incrustado com duas placas de bronze, onde se lê uma mensagem ao Padre Caleri: "Sua luta não foi em vão". Os índios querem a derrubada do obelisco. Ele é o símbolo da derrota de um povo guerreiro e que vivia em paz até a chegada da suposta missão religiosa de Caleri, que acenou para homem branco sobre a possibilidade da conquista daquelas terras, ricas em minérios.

Se essa é a primeira negociação com índios de que participou o novo presidente da Funai, ele se deu mal. Embora ambientalista conhecido, defensor das minorias, Márcio não conseguiu se desvencilhar ainda da sua retórica de homem branco, que não ecoa pelas terras dos Waimirís-Atroarís. Seu discurso, com o entusiasmo de um pré-vestibulando, morreu ali, aos pés do cacique Womé, que se não venceu a guerra da BR-174 — que um dia será contada pelos historiadores — pelo menos o fez calar.

■ Aylê-Salassié é jornalista